SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13

INTRODUÇÃO 15

Pressupostos Teóricos 17

1 – PRIMEIRA PARTE: ASPECTOS GERAIS E CLASSIFICAÇÃO DAS INFLUÊNCIAS

1.1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL 25

1.1.1 O surgimento e fortalecimento da tutela penal no âmbito internacional 26

1.1.2 Características do Direito Penal Internacional 26

1.1.3 O Processo Penal internacional 31

1.1.4 O sistema da *Common Law* e do Direito Continental ou *Civil Law*... 33

1.2 Do Tribunal de Nuremberg ao Tribunal Penal Internacional 37

1.2.1 Genealogia dos tribunais penais internacionais 37

1.2.2 Tribunal Penal de Nuremberg e de Tóquio 41

1.2.3 Os Tribunais Penais para a ex-Iugoslávia, Ruanda e a gênese do TPI 44

1.2.4 O Tribunal Penal Internacional e o princípio da complementaridade 46

1.3 O garantismo e a eficiência no Direito Processual Penal 47

1.3.1 O garantismo 47

1.3.2 A eficiência 57

1.3.3 A eficiência e as garantias ante a Justiça Penal internacional.... 61

1.4 A necessária influência do Processo Penal internacional e suas principais características 64

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.4.1 Estágio embrionário da Justiça Penal internacional 64
1.4.2 A incorporação da legislação internacional pelos Estados nacionais 66
1.4.3 Os parâmetros internacionais garantistas 68
1.4.4 Influências eficientistas no Processo Penal brasileiro 74
1.4.5 Classificação das influências 75
1.4.6 Limites das influências 76
1.4.6.1 Limites políticos 77
1.4.6.2 Limites jurídicos 80

2 – SEGUNDA PARTE: TIPOS DE INFLUÊNCIA

2.1 As influências diretas do Processo Penal internacional no Processo Penal brasileiro 83
2.1.1 Influência quanto à cooperação horizontal 83
2.1.2 Influência quanto à cooperação com o Tribunal Penal Internacional 89
2.2 Influência indireta e a solução de lacunas 93
2.2.1 As normas processuais penais internacionais e a solução de lacunas 93
2.2.2 Analogia, princípios gerais de direitos e normas internacionais 95
2.2.3 A afirmação de um sistema normativo internacional único... 104
2.2.3.1 As teorias monista e dualista 107
2.2.3.2 O exemplo da União Europeia 113
2.2.3.2.1 A Convenção Europeia de Direitos Humanos 120
2.2.3.2.2 As relações de coincidência e de interferência entre o Direito Comunitário e do Direito interno dos países 122
2.2.4 Conclusões específicas 125
2.3 Influência indireta já ocorrida no Processo Penal brasileiro, em uma análise garantista e eficientista 126
2.3.1 A inversão do ônus da prova e a "lavagem" de dinheiro 126
2.3.2 A "Lei Maria da Penha" 131
2.3.3 O tratamento da revelia 136
2.3.4 A prisão civil do depositário infiel 137

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3 – TERCEIRA PARTE: PERSPECTIVAS DE INFLUÊNCIA

3.1 Noções gerais 139
3.2 Objetivos do Processo Penal internacional 145
3.3 O conceito de crime organizado 148
3.4 O papel e a investigação pelo Ministério Público 151
3.4.1 As principais características do Ministério Público 151
3.4.2 O Ministério Público e o Tribunal Penal Internacional 154
3.4.3 A investigação pelo Ministério Público e o Direito brasileiro 162
3.5 O papel da defesa na investigação 166
3.5.1 O papel da defesa na investigação e o Tribunal Penal Internacional 171
3.5.2 As soluções encontradas pela União Europeia 178
3.5.3 A superação do falso dilema do atraso na marcha processual 184
3.5.4 A investigação paralela da defesa 185
3.6 O papel do juiz e o tratamento da imparcialidade 188
3.7 Publicidade e mídia no Processo Penal 195
3.8 Prisões cautelares 199
3.9 Produção probatória 205
3.9.1 Prova testemunhal 208
3.9.2 Busca e apreensão 213
3.10 A fase de confirmação da acusação 214
3.11 Sentença, apelação e revisão 216
3.12 A execução da pena 218

CONCLUSÃO 219

REFERÊNCIAS 223

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br